

D. João Parvi, ou Jean Petit, foi o segundo bispo de Cabo Verde e o primeiro a ir para o bispado. Era natural de Saint-Vigor, diocese de Baiona, na Normandia (França)¹. Quanto à sua filiação e proveniência social, tudo se ignora. O que se sabe é que, em 19 de setembro 1528, recebeu do rei carta de naturalização como português². Por esta altura, há ainda notícias de que era mestre em Teologia e, segundo Fortunato de Almeida, era considerado um grande teólogo e humanista³.

A sua boa formação académica e as redes que estabeleceu, porventura através de conhecimentos alcançados em França, onde ao tempo havia muitos bolseiros régios portugueses, permitiram-lhe aproximar-se da corte régia e obter alguns benefícios. A 19 de setembro de 1528, já recebia um terreno em Almeirim “com vinte braças de comprido e dezasseis de largo, para aí fazer umas casas”⁴. Em carta de 1534, o núncio Della Rovere diz que João Parvi fora mestre de Martinho de Portugal, bispo do Funchal⁵, o que sugere que possa ter tido importantes relações com a Casa de Vímioso, a qual teve grande influência no reinado de D. João III.

No que respeita à carreira religiosa, desconhece-se a data em terá acedido ao estado clerical. Sabe-se, todavia, que em 21 de abril de 1534 já era arcediogo e cónego da Sé de Évora⁶. Em documento posterior, datado de 4 de junho de 1537, também era cónego magistral da Sé de Évora, segundo alguns o primeiro a ter esta função⁷. Estas relações com o cabido de Évora, diocese ao tempo governada por D. Afonso, irmão do rei, dão conta de outra das relações privilegiadas e de patrocínio que manteria⁸. Aliás, no seu testamento, Parvi apelida D. Afonso “seu senhor”⁹.

As relações anteriormente apontadas, juntamente com os méritos que teria, estiveram na génese da sua nomeação para bispo de Cabo Verde, cargo em que foi

¹ Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa), Miscelânea, códice 172, fl. 207.

² Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa), Chancelaria de D. João III, livro 52, fl. 109v.

³ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*. Barcelos: Livraria Civilização Editora, 1968 (ed. original 1910-1928), vol. 2, p. 685.

⁴ Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa), Chancelaria de D. João III, livro 52, fl. 109v.

⁵ Charles Martial de Witte, *La correspondance des premiers nonces permanents au Portugal 1532-1553*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1986, vol. II, p.51.

⁶ Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa), Chancelaria de D. João III, livro 20, fl. 82.

⁷ Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa), Chancelaria de D. João III, livro 20, fl. 82 e Arquivo Cabido Évora (Évora), Visitação do Cabido (1537), CEC 5-X, p. 200 e 205.

⁸ Sobre o governo da diocese eborense nesta época ver José Pedro Paiva, Um príncipe na diocese de Évora: o governo episcopal do cardeal infante D. Afonso (1523-1540) *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 7 (2007) 127-174.

⁹ António Brásio, *Monumenta Missionaria Africana. África Ocidental (1500-1569)*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1963, vol. II, 2ª série, p. 376-377.

preconizado a 23 de setembro de 1538¹⁰. Em 22 de novembro de 1539, ainda não tinha partido para a sua diocese, no entanto, já se apresentava como bispo de Cabo Verde e, beneficiando da sua condição de prelado, conferiu ordens na Sé de Évora, empenho que manteve, pelo menos, até 1545¹¹. É, pois, provável que tivesse sido sagrado bispo entre final de 1539 e 1540, na cidade alentejana, eventualmente pelo seu “senhor” D. Afonso.

Não se sabe a data exata da partida e da chegada de D. João Parvi à diocese. Sabe-se apenas que o bispo, ainda antes de partir, delegou os seus poderes nas autoridades eclesásticas locais, permitindo-lhes assim empreender uma série de atividades de extrema relevância. Por volta de 1543, o antístite subdelegou o seu poder inquisitorial no deão da Sé de Santiago, Francisco Homem, o qual terá levado a cabo várias diligências neste âmbito, desde a instauração de um processo inquisitorial ao envio do suspeito para a Inquisição de Lisboa¹².

A 17 de setembro de 1545, antes de partir para a diocese, D. João Parvi redigiu o seu testamento, de que um dos maiores beneficiários foi o seu sobrinho Reginaldo Parvi, a quem, entre muitos outros bens, deixou os “negros e negras” que possuía, recomendando-lhe que os tratasse humanamente¹³.

Pouco se conhece da sua atividade em Cabo Verde, onde teve vida breve. Ali faleceu a 29 de novembro de 1546, e foi sepultado na igreja de Nossa Senhora do Rosário, na Ribeira Grande, e mais tarde trasladado para a Sé Catedral. Atualmente a sua lápide continua visível na Sé Catedral, em ruínas, na cidade de Ribeira Grande de Santiago, em Cabo Verde.

Matilde Santos

¹⁰ Archivio Apostolico Vaticano, Archivio Concistoriale, Acta Camerarii, vol. 2, fl. 97. Uma das bulas que regista a sua confirmação no cargo em Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa), Bulas, maço 24, doc. 25.

¹¹ Arquivo do Cabido da Sé de Évora, Livro de matrículas de ordens (1532-1539), CEC 5-III, fl. 151 e António Brásio, *Monumenta...*, cit., vol. II, p. 308.

¹² Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa), Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 5729, fl. 17-17v e Inquisição de Évora, Visitas, livro 588, fl. 8, 11. Ver sobre estas matérias Matilde Mendonça dos Santos, *Os bispos e o Tribunal do Santo Ofício no arquipélago de Cabo Verde (1538-1646)*. Coimbra: [s.n.], 2010, p. 15 (dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

¹³ António Brásio, *Monumenta...*, cit., vol. II, p. 376-380.